



Ata de Reunião Setorial do Processo de Consulta Pública para a Recategorização da Reserva Biológica Estadual do Banhado do Maçarico

- Reunião com proprietários e moradores abrangidos pela REBIO Banhado do Maçarico -

1 Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às 09 horas e 20
2 minutos, reuniram-se, na sede da propriedade da Sra. Janete Azevedo, localizada no
3 Banhado do Maçarico, no município de Rio Grande, os proprietários e moradores
4 abrangidos pela Reserva Biológica do Banhado do Maçarico e demais interessados,
5 conforme lista de presença constante no Anexo I, para tratar da proposta de
6 recategorização da unidade de conservação. A reunião inicia com Luciano
7 agradecendo o Sr. Maroca e a Sra. Janete pela acolhida. Diz que a equipe da SEMA
8 está agradecida por termos sido tão bem recebidos. Apresenta-se, dizendo que
9 trabalha na Secretaria, sediado em Pelotas, e que é o responsável pela Reserva
10 Biológica do Banhado do Maçarico. Luisa diz estar feliz por termos a presença de
11 tantas pessoas na reunião, e está muito agradecida por estarmos tendo essa
12 oportunidade de conversar. Apresenta-se, dizendo que trabalha na Secretaria, na
13 Divisão de Unidades de Conservação, sediada em Porto Alegre, e que se envolveu na
14 questão da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico em 2015, integrando o grupo
15 de trabalho, conforme será explicado na reunião. A seguir, apresenta os objetivos e a
16 programação da reunião. Luciano pede licença para que sejam tiradas fotografias
17 durante a reunião, para fins de registro. Explica que, como esta reunião está inserida
18 dentro de um processo de consulta que é público, precisamos registrar de todas as
19 maneiras. Inclusive, será elaborado relatório de todas as reuniões realizadas os quais
20 estarão disponíveis na página da Secretaria, ou poderão ser enviados para quem tiver
21 interesse. Eduardo diz que, como não houve consulta pública para a criação da
22 unidade de conservação, muitos presentes não tem ideia do que estamos falando
23 nessa reunião. Desse modo, sugere que seja apresentado o que foi feito após a
24 criação da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico, para depois discutirmos o que
25 está sendo proposto, para que então, as pessoas tenham condições de avaliar se
26 estão de acordo ou não. Luciano projeta os limites da Reserva Biológica do Banhado
27 do Maçarico, dizendo que o objetivo da reunião é falar sobre essa área, que foi
28 estabelecida pelo Estado em 2014, através da publicação de um decreto, criando uma
29 reserva biológica. Reservas biológicas tem o objetivo de preservar os atributos
30 naturais de uma determinada área. Para tanto, as reservas biológicas tem uma
31 particularidade: as propriedades devem ser adquiridas pelo Estado, pois as áreas
32 devem ser públicas. Esse talvez seja o principal ponto que ocasionou a organização
33 do pessoal da Associação dos Proprietários e Moradores do Banhado do Maçarico –
34 APMBM. Eduardo salienta que em uma reserva biológica, nenhum tipo de uso é
35 permitido, sequer a presença humana é tolerada. Tudo que está dentro de seus limites
36 passa para o controle do Estado, e qualquer coisa que se faça em seu interior, é
37 passível de multa. Luisa complementa que as atividades são muito restritas em uma
38 reserva biológica. São permitidas apenas atividades relacionadas à pesquisa científica
39 e atividades educativas, todas com autorização do Estado. É a categoria de unidade
40 de conservação mais restritiva de todas. A APMBM, então procurou a Secretaria, no
41 sentido de avaliar se não haveria uma outra maneira de promover a conservação, na
42 forma de uma categoria que não fosse tão restritiva. A partir disso, formou se um
43 grupo de trabalho, onde essa questão foi trabalhada, buscando uma forma de proteger
44 uma área reconhecidamente importante, mas buscando conciliar com atividades já
45 praticadas, na área, de forma a manter as pessoas nas suas propriedades. Foram três
46 anos de trabalho, resultando em uma proposta, a qual será apresentada na presente



47 reunião, a fim de receber as considerações dos presentes. A criação da Reserva
48 Biológica do Banhado do Maçarico não foi precedida de uma discussão com a
49 sociedade, e a Secretaria hoje reconhece isso como um erro. Inclusive, isso foi
50 questionado internamente na Secretaria há época. Mas agora estamos em um
51 processo para tentar corrigir as coisas, que é a consulta pública, onde apresentamos
52 uma proposta e ouvimos a sociedade, a fim de buscar uma melhor solução para esse
53 impasse. Paola questiona quantos dos presentes sabiam da existência da Reserva
54 Biológica do Banhado do Maçarico. É respondido que as pessoas ficaram sabendo
55 quando a notícia saiu no jornal, cerca de trinta dias após a criação da unidade de
56 conservação. Luciano diz que esse foi um processo atravessado, que caiu no colo dos
57 proprietários. No entanto houve essa importante iniciativa de alguns proprietários, os
58 quais chamaram o Estado para que este revisasse seus atos, e por isso estamos aqui.
59 Luciano inicia a apresentação, informando que a mesma foi apresentada na data de
60 ontem ao Conselho da Estação Ecológica do Taim. Inicia com o histórico do processo,
61 que inicia com a criação da REBIO Banhado do Maçarico, em 10 de dezembro de
62 2014, por meio do Decreto Estadual 52.144/2010. Desde então, o grupo de trabalho
63 vem construindo uma proposta, a qual foi finalizada em setembro. Essa proposta
64 consiste em mudar a categoria de reserva biológica para refúgio da vida silvestre, pois
65 cada categoria de unidade de conservação tem suas características, seus objetivos, e
66 diferem nas atividades que são permitidas em seu interior. Nessa proposta, os
67 objetivos que motivaram a criação da unidade de conservação são mantidos, que são
68 aqueles estabelecidos no decreto. sendo eles, preservar a dinâmica hídrica das áreas
69 de nascentes que alimentam o sistema hidrológico do Taim, ao Sul e as drenagens
70 naturais associadas ao estuário da Laguna dos Patos; preservar amostras das
71 fisionomias palustres do banhado do Maçarico e seus ecossistemas associados;
72 preservar uma área de reconhecida importância internacional para a conservação das
73 aves; garantir a integridade de habitats para manter populações de espécies
74 ameaçadas de extinção; preservar áreas insubstituíveis para uma população isolada
75 de *Scytalopus iraiensis* (macuquinho-da-várzea); e preservar áreas de importância
76 para a reprodução da espécie migratória *Sporophila palustris* (caboclinho-de-papo-
77 branco). A proposta também mantém os limites estabelecidos no decreto. A mudança
78 para refúgio de vida silvestre implica em um ganho ambiental, pois existe uma espécie
79 de ave ameaçada de extinção, o caminheiro-grande, que se beneficia com o campo
80 mantido baixo, proporcionado pelo pastoreio da atividade de pecuária. Também há o
81 ganho social, pois as propriedades, assim como a atividade de pecuária, permanecem.
82 Luciano apresenta um quadro comparando as duas categorias de unidade de
83 conservação, o qual traz exemplos práticos. Quanto aos objetivos das categorias,
84 estabelecidos pelo SNUC, o objetivo da reserva biológica é a preservação integral da
85 biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana
86 direta ou modificações ambientais, enquanto o objetivo do refúgio de vida silvestre é
87 proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou
88 reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou
89 migratória. Na prática, na reserva biológica, com a retirada do gado, haveria a perda
90 da espécie caminheiro-grande, pois sem o pastoreio, o ambiente mudaria, e a espécie
91 acabaria saindo do interior da unidade de conservação. Em um refúgio de vida
92 silvestre, essa espécie é favorecida. Em uma reserva biológica, a posse e o domínio
93 das áreas são públicos, ou seja, o Estado tem que adquirir as propriedades
94 particulares. Em um refúgio de vida silvestre, as áreas podem permanecer com os
95 respectivos proprietários e posseiros. Luisa destaca, que, se for vontade do
96 proprietário, a propriedade pode ser indenizada pelo Estado. Há possibilidade de
97 discutir caso a caso. A seguir, Luciano apresenta o processo de consulta pública, no
98 qual essa proposta está sendo apresentada para a sociedade. Primeiramente, estão
99 sendo realizadas reuniões chamadas de setoriais, com o objetivo de colher as
100 manifestações dos participantes, sendo a reunião de hoje uma delas. A proposta



101 também está disponível no site da Secretaria, para que as pessoas também possam
102 se manifestar por lá. Os resultados serão organizados e apresentados em uma
103 reunião pública, que é uma reunião maior, também com o objetivo de debater a
104 proposta. Após, a partir dos resultados obtidos, serão feitas as adequações na
105 proposta, caso necessário. Luciano diz que, um ponto importante trazido pela APMBM,
106 era a necessidade de assegurar as atividades realizadas no interior da unidade de
107 conservação, tendo em vista que hoje, todos estão no interior de uma reserva
108 biológica. Desse modo em 23 de outubro houve a publicação da Portaria SEMA
109 105/2017. Luciano faz a leitura do documento, a qual reconhece a possibilidade das
110 atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores tradicionais da Reserva
111 Biológica do Banhado do Maçarico, desde sua criação, até a conclusão do processo
112 de recategorização da unidade de conservação. Esse reconhecimento não inclui
113 novas intervenções ou atividades. Salaria que, desse modo, as atividades já
114 realizadas no interior da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico são consideradas
115 legais, desde que respeitem a legislação vigente. Eduardo complementa que, com a
116 portaria, passam a não valer as regras de uma reserva biológica, mas as demais
117 regras ambientais seguem. Finalizada a apresentação, Luciano abre a palavra aos
118 participantes. É questionado qual o prazo estimado para a conclusão do processo de
119 recategorização, e quais serão os próximos passos. Luisa responde que a consulta
120 pública já está em andamento, sendo essa reunião parte integrante do processo.
121 Haverá outras reuniões setoriais, e, no início do ano, haverá uma reunião pública, que
122 é maior, e de ampla divulgação, inclusive com publicação de edital. É questionado se,
123 ao final, vai passar a proposta apresentada. Luisa responde que vai depender dos
124 resultados da consulta pública. É questionado qual o ponto crítico deste processo.
125 Eduardo responde que está na legislação que estabelece como é feita a mudança de
126 categoria. Luiz Renato faz um resumo do processo, dizendo que há tempos existe o
127 interesse em se criar uma unidade de conservação no banhado do Maçarico, e todas
128 as indicações dos estudos realizados, promovidos pelo IBAMA, levavam para a
129 criação de uma unidade de conservação na qual as atividades pudessem ser
130 mantidas. Ao final do governo passado, por questões ambientais relacionadas à
131 instalação do parque eólico, foi criada, de forma apressada, a Reserva Biológica do
132 Banhado do Maçarico, de forma contrária ao que os estudos técnicos apontavam.
133 Esses estudos, tal qual a proposta aqui apresentada pela SEMA, indicava a criação de
134 um refúgio de vida silvestre, de forma que as propriedades pudessem ser mantidas.
135 Primeiramente, o Maçarico é o que é hoje porque os proprietários o preservaram,
136 muito pelo tipo de atividade que é realizada no local. Desse modo, embasados nesses
137 estudos que já existiam, fizemos a proposta de que fosse avaliada a possibilidade de
138 alterar a categoria para refúgio de vida silvestre. Isso foi acatado, e hoje estamos no
139 processo de consulta pública, buscando essa recategorização. Diz que, de tudo isso
140 que aconteceu, vê uma grande oportunidade para nós, pois poderemos usar esse
141 refúgio de vida silvestre para alavancar nossos negócios, pois temos uma origem, uma
142 produção sustentável. Da forma como está hoje, nós perderíamos nossas
143 propriedades, dependendo do recebimento dos valores pelo Estado. A proposta,
144 então, é criar uma nova modalidade de reserva, na qual estejamos inseridos, de uma
145 forma regrada, claro. Destaca a importância do trabalho da APMBM, a qual é
146 constituída, atualmente, por 42 sócios, embora existam muito mais pessoas
147 envolvidas. Como a APMBM está fazendo a interlocução com o Estado, é importante
148 que ela seja representativa, e para isso acontecer, necessita ter mais sócios. Entende
149 que, se alguém for contrário a essa proposta, deve se manifestar. É importante que a
150 SEMA escute os presentes, porque, aos sócios da APMBM participantes do grupo de
151 trabalho, a SEMA já vem escutando bastante. É questionado como o decreto de
152 criação da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico pode ser modificado, pois
153 temos que participar de tudo para benefício nosso, tem famílias envolvidas, a minha
154 está aqui há mais de 120 anos, produzindo de forma sustentável. É destacado que a



155 região não tem vocação agrícola, essa área é diferenciada, tem vocação para a
156 pecuária extensiva, e é isso que queremos continuar fazendo. É questionado como
157 funciona mudando de categoria, se vai ter uma sede da SEMA, e pessoas trabalhando
158 na área. Luciano responde que já existem pessoas designadas para trabalhar na área,
159 ele é o responsável pela Reserva Biológica do Banhado do Maçarico, sediado na
160 SEMA de Pelotas, e a Michele é a guarda-parque da Reserva Biológica do Banhado
161 do Maçarico. É questionado como será o procedimento com a mudança de categoria
162 para os proprietários que não querem vender a propriedade, se eles assinariam algum
163 termo. Paola responde que tanto para a reserva biológica quanto para o refúgio de
164 vida silvestre a equipe será a mesma, a qual é composta hoje pelo Luciano e pela
165 Michele. Em mantendo a reserva biológica, o Estado é obrigado a adquirir as
166 propriedades, pelo grau de restrição às atividades que a categoria impõe. Dessa
167 forma, as pessoas saem, e o Estado faz a gestão de tudo. Essa é uma forma de fazer
168 a proteção da área. Em um refúgio de vida silvestre, há uma outra proposta para se
169 promover a conservação da área, que é exatamente a forma como a conservação vem
170 sendo feita pelas famílias da área há 120 anos, conforme dito anteriormente. Em
171 sendo um refúgio de vida silvestre, a área é uma unidade de conservação, a SEMA
172 ainda tem a responsabilidade de fazer com que ela cumpra seus objetivos, mas a
173 gestão será feita de uma forma diferente, pois, com a manutenção das propriedades, a
174 gestão é feita na forma de uma negociação com os proprietários, a fim de regradar os
175 usos. Isso será feito na elaboração do plano de manejo do refúgio. Dessa forma,
176 pensando em um passo-a-passo após a recategorização da Reserva Biológica do
177 Banhado do Maçarico, o próximo passo seria a criação do Conselho Gestor da
178 unidade de conservação. O Conselho é o espaço formal onde os proprietários e outras
179 representações da sociedade decidem sobre a gestão da área. E é dentro desse
180 espaço que a gente elabora o plano de manejo. É no plano de manejo que vamos ter
181 toda essa negociação, sobre quais as áreas mais importantes a serem protegidas, se
182 existirão áreas onde será necessário ter o uso mais restrito, como será feito o manejo
183 do gado, etc. Destaca que o mais importante é a mudança de estratégia de proteção
184 da área, pois, em um refúgio, a pecuária é reconhecida como uma ferramenta para
185 conservar o ambiente. É questionado se o modo de criação do gado será alterado
186 dentro do refúgio de vida silvestre. Luiz Renato responde que, para a questão da
187 criação de gado, em sua opinião, primeiramente deveria ser feito um estudo de ajuste
188 de carga, inclusive, já existem alguns estudos já realizados. Eduardo complementa
189 que será uma oportunidade para repensarmos e melhorarmos nossa produção. É
190 comentado, que, inclusive, os produtores poderiam buscar uma certificação. Luiz
191 Renato diz que, inclusive, algumas propriedades são certificadas pela Alianza del
192 Pastizal, e certificadas pelo Boas Práticas Agropecuárias da EMBRAPA, estamos no
193 Juntos para Competir, e assim vamos avançando. Paola complementa que o foco da
194 unidade de conservação são as áreas de banhado, onde se encontram as espécies
195 citadas no decreto de criação. Paola aproveita para agradecer muito o trabalho
196 realizado pela APMBM, pois, como servidora da SEMA, infelizmente, por vezes
197 testemunhamos atropelos, como o caso da Maçarico. Em 2014 houve manifestação de
198 técnicos da Divisão de Unidades de Conservação no sentido de que aquela não seria
199 a forma mais adequada de conduzir um processo de criação de unidade de
200 conservação para essa área, inclusive, apontando as consequências, as quais
201 estamos vivenciando agora. Tomamos conhecimento de que a unidade de
202 conservação seria criada em outubro, e, em dezembro, a mesma foi criada. Para nós
203 que trabalhamos com gestão de áreas protegidas, isso não se faz, porque vai gerar
204 um conflito muito grande. Então, o trabalho da APMBM foi muito importante, pois se
205 organizaram, se fizeram ouvir dentro da Secretaria, e conseguiram com que fosse
206 criado um grupo de trabalho para analisar a situação. Então, essa janela de
207 oportunidade que foi criada, foi graças ao trabalho da APMBM. E está sendo um
208 trabalho muito bonito, pois já é o embrião dessa gestão conjunta que deverá acontecer



209 no refúgio. É questionado se a SEMA está cogitando a possibilidade de fazer a sede
210 na propriedade onde está sendo feita essa reunião, conforme está registrado no
211 processo de criação da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico, que inclusive, cita
212 que a residência está abandonada. Luisa responde que está envolvida nesse processo
213 desde que integrou o grupo de trabalho, e diz que não tem conhecimento dessa
214 informação. Mas mesmo que isso esteja registrado no processo, essa informação não
215 se sustenta. A definição da localização da sede da unidade de conservação será feita
216 no plano de manejo. Eduardo destaca que, se for mantida a situação atual, no caso,
217 uma reserva biológica, a manutenção da residência será ilegal. É questionado se os
218 proprietários serão obrigados a vender se a área foi recategorizada. É respondido que
219 não. É questionado se o proprietário é obrigado a vender se a SEMA decidir fazer a
220 sede na sua residência. Paola responde que, no caso de um refúgio de vida silvestre,
221 a SEMA não pode fazer isso, somente com o consentimento do proprietário. Luciano
222 diz que é importante, a fim de esclarecermos as coisas, que os participantes digam o
223 que ouviram falar a respeito da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico. Eduardo
224 diz que, embora estejamos em um processo formal para a recategorização, novas
225 gestões virão, com novos Secretários, e por isso tem um pouco de pressa de que essa
226 recategorização seja feita. Por isso, gostaria que a mesma fosse feita por decreto, que
227 é um ato administrativo, e torna o processo mais célere. Temos que aproveitar que há
228 consenso e usar essa janela de oportunidade. Em um segundo momento, podemos
229 discutir a poligonal, caso necessário, até mesmo dentro do plano de manejo. Paola
230 salienta a importância das manifestações dos presentes, pois isso influencia no
231 resultado final. Se a proposta de recategorização for aceita sem alteração de limites, a
232 alteração é feita por um decreto do Governador. Se houver diminuição dos limites em
233 alguma parte, será necessário um projeto de lei, que tramita na Assembleia
234 Legislativa. Eduardo diz que se for via Assembleia, há o risco de a proposta não andar
235 mais, e há o riacho de todo esse nosso trabalho ser jogado no lixo. Eduardo diz que é
236 muito importante que fique registrado no processo de que há consenso que um
237 decreto do governador é a solução para o nosso conflito. Depois trabalhamos a
238 questão da poligonal. Outro ponto que se preocupa, e como o Ministério Público
239 interpretaria uma alteração dos limites, tendo em vista o acordo judicial. É questionado
240 como ficam as lavouras de arroz no entorno da unidade de conservação. Luciano diz
241 que o Código Estadual do Meio Ambiente estabelece que em uma área de 10
242 quilômetros no entorno de uma unidade de conservação, as atividades que requerem
243 licenciamento ambiental devem ter autorização da mesma. Nesse caso, não há
244 regramento específico, é apenas uma etapa a mais no processo de licenciamento. As
245 restrições para o entorno serão estabelecidas na zona de amortecimento, quando da
246 elaboração do plano de manejo. Eduardo salienta que as restrições impostas por uma
247 reserva biológica são maiores do que por um refúgio de vida silvestre. São
248 esclarecidas dúvidas dos participantes quanto aos procedimentos necessários para o
249 licenciamento de lavouras, manejo do campo nativo. É sugerido fazer uma reunião
250 específica para esclarecer dúvidas relacionadas a licenciamento. É questionado como
251 fica a questão dos tratos culturais dentro da poligonal, se será permitido passar uma
252 grade ou arado, por exemplo. Luciano responde que isso será definido no plano de
253 manejo. Acredita que a conversão do campo nativo dentro do refúgio seja um dos
254 principais pontos a ser discutido. Thiago destaca que, embora seja uma resposta não
255 seja definitiva, se fosse uma reserva biológica, a resposta seria não. É comentado que
256 não só a Maçarico, é uma reserva, mas Rio Grande como um todo é uma reserva. As
257 espécies não ficam restritas, e algumas, tem até demais, como é o caso do capincho,
258 do zorro e do carancho. É questionado se pode continuar plantando soja no entorno
259 da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico. Luciano responde que, se for
260 respeitada a legislação ambiental vigente, sim. É questionado se as áreas
261 consolidadas com plantio de soja dentro da poligonal anteriores à criação da unidade
262 de conservação poderão ser mantidas. Luisa responde que sim conforme portaria



263 105/2017. É questionado se essas áreas poderão ser mantidas no refúgio de vida
264 silvestre. Paola responde que isso será definido no plano de manejo. É questionado se
265 quando a área for recategorizada, o limite vai ser o mesmo. Paola responde que a
266 proposta é manter os mesmos limites. Thiago diz que, embora não esteja sendo
267 pleiteada a alteração dos limites no momento, é importante que isso fique registrado,
268 pois, posteriormente, podemos discutir isso, caso seja necessário. É questionado se
269 eucaliptos plantados no interior da área podem ser cortados. É respondido que sim. É
270 comentado que a elaboração do plano de manejo deve contar com a participação de
271 técnicos e pessoas com experiência do campo, e não só com biólogos, porque cada
272 região tem suas particularidades, e seus interesses. Luciano diz que por isso é
273 importante que o plano de manejo seja elaborado junto com o Conselho, pois ele é
274 plural, composto por diversas entidades, com diversos interesses. Desse modo o
275 plano de manejo não fica restrito a só um grupo de pessoas. Eduardo sugere que o
276 grupo de trabalho seja transformado no Conselho, pelo menos temporariamente,
277 quando for o momento. É comentado que, se forem convidadas universidades para
278 participar da audiência pública, a recategorização poderá ser contestada. Luciano diz
279 que por isso a proposta tem que ter fundamentos, e estamos preparados para justificar
280 a recategorização. Luisa destaca que no próprio grupo de trabalho, que elaborou essa
281 proposta existe a participação de representantes da Fundação Zoobotânica e da
282 Universidade Federal de Pelotas. Ainda, esse é o motivo pelo qual estamos fazendo
283 essas reuniões menores por setores, para já irmos esclarecendo os aspectos da
284 proposta antes da reunião pública. É questionado se é permitida compra e venda de
285 propriedades dentro da poligonal do refúgio de vida silvestre. É respondido que sim,
286 mas é importante avisar o novo comprador está adquirindo propriedade inserida em
287 uma área protegida. É comentado que pode haver desvalorização das áreas por
288 estarem dentro de uma unidade de conservação. Luciano destaca que, atualmente,
289 está havendo um aprendizado, tanto por parte dos gestores, quanto por parte da
290 sociedade, de que ter uma propriedade dentro ou no entorno de unidades de
291 conservação pode ser uma oportunidade. Paola complementa que, nos casos onde o
292 Estado está adquirindo as propriedades, o Estado não vem trabalhando com
293 desapropriações. Utiliza recursos de compensação ambiental, onde empreendimentos
294 que impactam o ambiente destinam um percentual de recursos para a implantação de
295 unidades de conservação. Dessa forma, as aquisições são feitas como se fosse um
296 compra e venda entre particulares, com avaliações que levam em conta valores de
297 mercado. É comentado que para o caso da Maçarico, os valores para indenização
298 foram avaliados muito baixos. Paola diz que não há uma avaliação, sequer há um
299 estudo fundiário da área. Existe um acordo judicial relacionado ao licenciamento do
300 parque eólico no qual entramos como fiadores, pois ele prevê a destinação de
301 recursos para a implantação da unidade de conservação. Nesse acordo, a Odebrecht
302 é obrigada a pagar pelo plano de manejo, e pagar R\$ 2.500.000,00 para fins de
303 regularização fundiária. Mas isso não significa que esse é o valor total para a
304 regularização da unidade de conservação, e sim, o valor que a Odebrecht se
305 compromete a pagar. O restante é responsabilidade do Estado. É questionado se a
306 Odebrecht já pagou alguma parte desse recurso. Paola diz que não, ele está
307 depositado em juízo, e que isso é um questionamento constante do Ministério Público.
308 A SEMA fica em uma posição delicada, pois temos um acordo judicial a cumprir. No
309 entanto, os termos foram estabelecidos prevendo uma reserva biológica, e estamos no
310 meio de um processo de recategorização, ou seja, não adianta gastar o recurso dessa
311 forma agora. No entanto, sempre existe uma pressão interna, pois o Estado tem
312 interesse em encerrar esse processo, ou seja, vamos fazer o plano de manejo de uma
313 reserva biológica, fazer o estudo fundiário e pagar algumas propriedades. O que
314 explicamos ao Ministério Público nas audiências, é que não adianta gastar o recurso
315 antes da recategorização, pois um plano de manejo de uma reserva é bem diferente
316 do plano de um refúgio. Além disso, em um refúgio, não vamos precisar gastar os R\$



317 2.500.000,00 em regularização fundiária, mas naquilo que o plano de manejo definir
318 como prioridade. Então, perante à justiça estamos nessa situação, deixamos o recurso
319 em juízo enquanto corre o processo de recategorização. É comentado que, tendo em
320 vista que o plano de manejo vai impor certa restrição, poderia ser pensado alguma
321 forma de compensação, como isenção de impostos, entre outras. Luiz Renato diz que
322 temos que pensar em soluções a longo prazo, como mecanismos para captação de
323 recursos. São coisas para se construir no plano de manejo. Tendo em vista não haver
324 mais questionamentos, Luciano solicita aos participantes que manifestem suas
325 impressões finais sobre a proposta que foi apresentada. É comentado que ficou o
326 sentimento de que estamos todos alinhados e comprometidos, e esse trabalho
327 elaborado pelo grupo de trabalho vai caminhar para o sucesso. A ideia é sempre
328 caminhar juntos, com a SEMA sendo nossa companheira, e, nós, companheiros
329 da SEMA. Assim vamos prosperar, e aparar as arestas. A SEMA vai ajudar a
330 desenvolver a região. Luiz Renato destaca a presença de todos na reunião pública,
331 pois é nesse evento que a proposta vai ser referendada. Thiago salienta que está
332 aberta a consulta na página da SEMA, caso alguém queira deixar sua manifestação,
333 pois elas serão apresentadas na reunião pública. É questionado quando será
334 finalizada a recategorização. É respondido que varia conforme os resultados da
335 consulta, e das adequações que serão feitas à proposta. A reunião pública está
336 prevista para o início do ano. Após a reunião, os resultados deverão ser
337 sistematizados para adequação da proposta, que deve ser avaliada pelo grupo de
338 trabalho. Após, será elaborado o dispositivo legal para recategorizar a unidade de
339 conservação. Luciano informa que, à tarde, será realizada reunião no Conselho
340 Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio Grande. A ideia é apresentar a
341 proposta para todos os segmentos, de forma que possamos discuti-la antes da reunião
342 pública. Sem mais manifestações, foi feito o agradecimento aos proprietários e ao
343 trabalho da APMBM. Às onze horas e quinze minutos deu-se por encerrada a reunião,
344 quando eu, Paola Prates Stumpf, Técnica Ambiental da Divisão de Unidades de
345 Conservação do Departamento de Biodiversidade da Secretaria Estadual do Ambiente
346 e Desenvolvimento Sustentável, na qualidade de relatora, lavrei a presente Ata, que
347 dato e vai assinada por mim. Rio Grande, 08 de novembro de 2017.

Paola Prates Stumpf
Técnica Ambiental DUC/DBIO/SEMA
ID 2735407/02



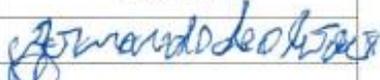
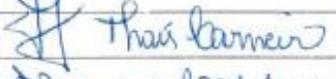
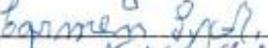
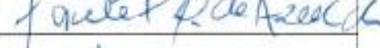
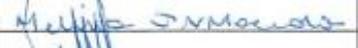
ANEXO I
Lista de Presença



CONSULTA PÚBLICA – Recategorização da Reserva Biológica Banhado do Maçarico

Reunião nº 02 Público Alvo Maradoxos e Proprietários

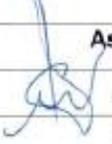
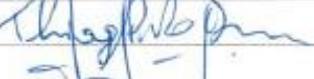
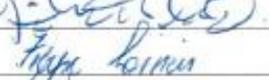
Local e Data: Propriedade Janete Azevedo, Rio Grande, 08 de novembro de 2017

Nome (legível)	Instituição	Contato (telefone/e-mail)	Assinatura
1. Armando de Oliveira e Silva	Proprietário	999556254	
2. Jane Goulart	Proprietária	999451708	
3. Thais de Azevedo Carneiro	Proprietária	999789812	
4. Lani Goulart Torres	Proprietária	999670441	
5. Carmen Silveira de Azevedo	Proprietária	999556254	
6. Janete Marchetti Azevedo	Proprietária	999521973	
7. Melissa Pereira das Neves de Macedo	Proprietária	999522808	
8. Alberto Oliveira	Proprietário	999943020	
9. Jorge Terra		999467887	
10. Albano Oliveira	Proprietário	9939327899	
11. Andros Moreira	Criador	999668389	
12. Paulo Oliveira Ferreira	Proprietário	(053)999468734 / (051)999678043	
13. Neli Senna Costa	Proprietária	(53)999995153	
14. Gilberto Costa da Silveira	Empregado	999460470	
15. Altair Dias Pinheiro	Empregado	999922343	
16. Ceomar S. Ilveira de Azevedo	Empregado	999569568	



CONSULTA PÚBLICA – Recategorização da Reserva Biológica Banhado do Maçarico

Reunião nº 02 Público Alvo Moradores e Proprietários
Local e Data: Propriedade Janete Azevedo, Rio Grande, 08 de novembro de 2017

Nome (legível)	Instituição	Contato (telefone/e-mail)	Assinatura
17. Carlos Augusto Oliveira Ferreira	Proprietário	99597744631866060 Cia of tam@hotmail.com	
18. Paola P. Stumpf	SEMA	(51) 3288 8108	
19. Letícia Dias Monteiro	SEMA	51 98053 7877	
20. THIAGO PINTO DAMAS	APMBM	53 999465710	
21. EDUARDO N. Peixoto	Proprietário	48-99111 3033	
22. Luiz Renato Leite Reis	Proprietário	999480960	
23. Luciano Rodrigues Soares	Sema	32272315	
24. Michelle Fischer de Lima	sema	51-982285367	
25. Paulo Fernando Wenzel Ferreira	Funcionário	53 991114549	
26. Luiz Carlos Carvalho Junior	Guaraná	53999630397	
27. Gilberto Pollnow	Proprietário	999826541	
28. José Carlos Reis	Proprietário	999952623	
29. Gilmar de Carvalho	Guaraná	999745193	
30. Felipe Levien	ASTEL-GO	999537157	
31. ROBERTA RIOS FONSECA	PROPRIETÁRIA	999.10.04.77	
32. WALTER FONSECA DE OLIVEIRA	PROPRIETÁRIO	999 63 1177	



CONSULTA PÚBLICA – Recategorização da Reserva Biológica Banhado do Maçarico

Reunião nº 02 Público Alvo maçadoras e Proprietários
Local e Data: Jamete Azevedo (propriedade), Rio Grande, 08 de novembro de 2017

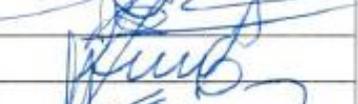
	Nome (legível)	Instituição	Contato (telefone/e-mail)	Assinatura
33.	Bento de V. A. Lima	Proprietário	999521258	Sergio de Lima
34.	Sandra Lima	proprietário	499960226	Sandra Lima
35.	Renato Teixeira	proprietário	99939324	Renato Teixeira
36.			999527626	ALVARO CAES LUERO
37.	Marcelo Soares Leão	MORADOR		
38.	FRANCISCO M. A. TORRES	PROP	999929145	frank
39.	Mairi Tereza Ruy C	PROP	999967758	Mairi
40.	Vera Lúcia Santos	PROP	999353058	
41.	Helena Kircaldina Texeira Torres	PROP	11 11 22	
42.	LEO SOARES LEÃO	Arrendatário	999531769	Leo Soares
43.	CARLOS EDUARDO SILVA	Prop.	991643316	
44.	JACQUELINE BARGACHAN DUBREUILH	ARRENDATARIA	999109408	Jacqueline Dubreuilh
45.	Jerônimo de Jesus	proprietário	999726665	Jerônimo
46.	Paulo Alberto Azevedo	MORADOR	999567972	Paulo Alberto Azevedo
47.	SILVIA MARIA PRATES	PROPRIETARIA	(53)339 55 26 11	Silvia Maria Prates
48.	LAURA MARQUES MULLER	ARRENDT.	(53)991095671	LM



CONSULTA PÚBLICA – Recategorização da Reserva Biológica Banhado do Maçarico

Reunião nº 02 Público Alvo Monsenhores e Proprietários

Local e Data: Propriedade Janete Azeredo, Rio Grande, 08 de novembro de 2017

	Nome (legível)	Instituição	Contato (telefone/e-mail)	Assinatura
49.	Juiz Alberto de Oliveira Ferreira	PRODUTOR	998768488	
50.	Corine Maria Aguiar	PRODUTOR	995500405	
51.	Jonílbio Pereira	Produtor	999538105	
52.	Marcelo Medeiros Prado	Produtor	381223313	
53.	Flávio Medeiros Prado	Produtor	992917702	
54.	Marcelo Medeiros Prado	Produtor	33991715898	
55.	Fernanda Oliveira	Produtor	999798700	Fernanda Oliveira 
56.	Luiza Xavier Fokschim	DCE/SEMA		
57.				
58.				
59.				
60.				
61.				
62.				
63.				

ANEXO II

Registro e Sistematização das Considerações feitas pelos presentes

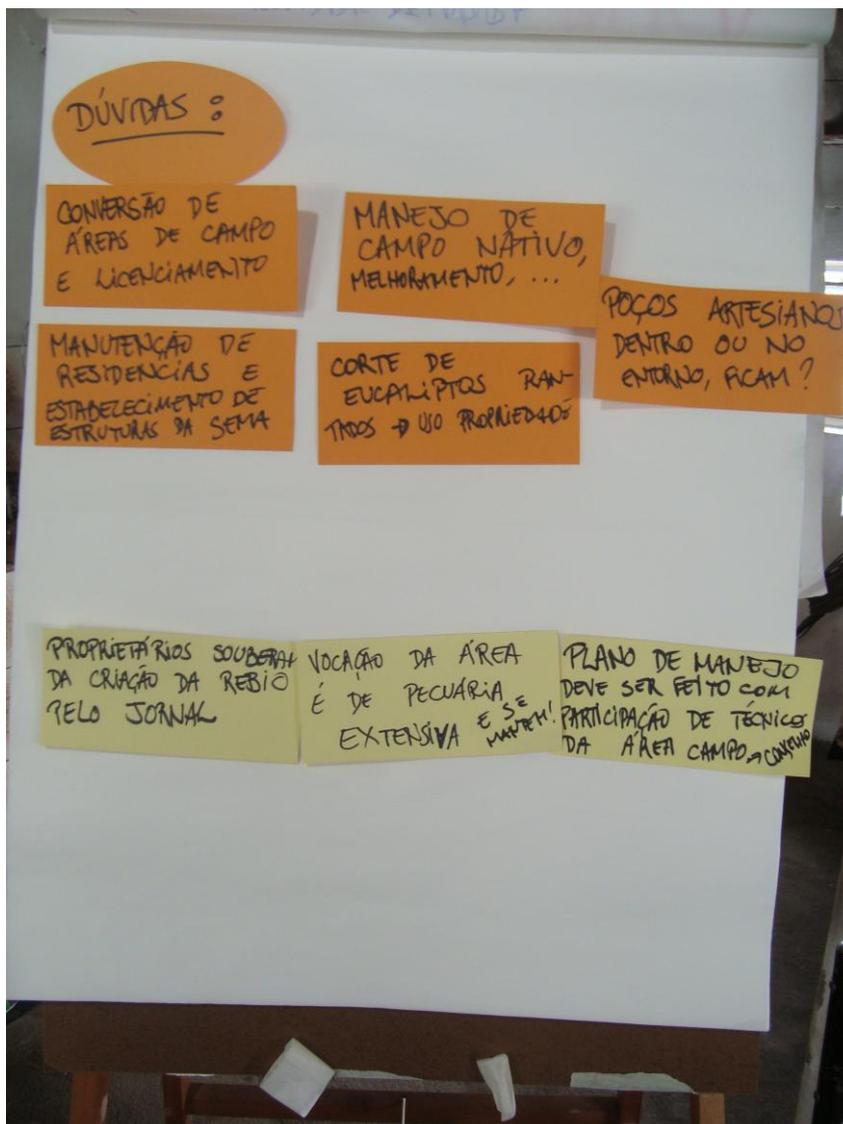


Figura 1: Registro das considerações feitas pelos participantes

Quadro I: Sistematização das considerações feitas pelos participantes

Tema	Considerações
Processo de criação e recategorização	Proprietários souberam da criação da UC pelo Jornal
Biodiversidade e Plano de Manejo da UC	Vocação da área é de pecuária extensiva Plano de Manejo deve ser feito com a participação de técnicos da área do campo e conselho
Dúvidas	Conversão de campo e licenciamento Manejo de campo nativo e melhoramento Corte de eucaliptos plantados para uso na propriedade Poços artesanais dentro ou no entorno, podem ficar? Manutenção de residências e estabelecimento de estruturas da SEMA

ANEXO III Relatório Visual da Reunião

07/11/2017

Propriedade de Janete & Maroca
público alvo: Moradores e Proprietários da
área da Reserva e entorno



Apresentação da
Proposta de
Recategorização e
do processo de
Consulta Pública





Dúvidas,
esclarecimentos
e contribuições







Em síntese:

